



1. Conjuntura Socioeconômica

1.1. Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, comparando-os com os das demais unidades da federação e com indicadores nacionais.

Será feita uma breve análise do cenário econômico brasileiro e uma análise um pouco mais detalhada do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco.

Para tal, serão abordados indicadores de produção, investimento, população, balança comercial, inflação, mercado de trabalho, desigualdade de renda e saneamento. Na presente análise foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

1.2. Cenário Econômico Nacional

No âmbito nacional, os indicadores analisados são o Produto Interno Bruto – PIB e a Taxa de Investimento. Além desses, quando da análise do cenário socioeconômico estadual (item 1.3 do presente relatório), são apresentados dados nacionais de população, inflação, mercado de trabalho e saneamento.

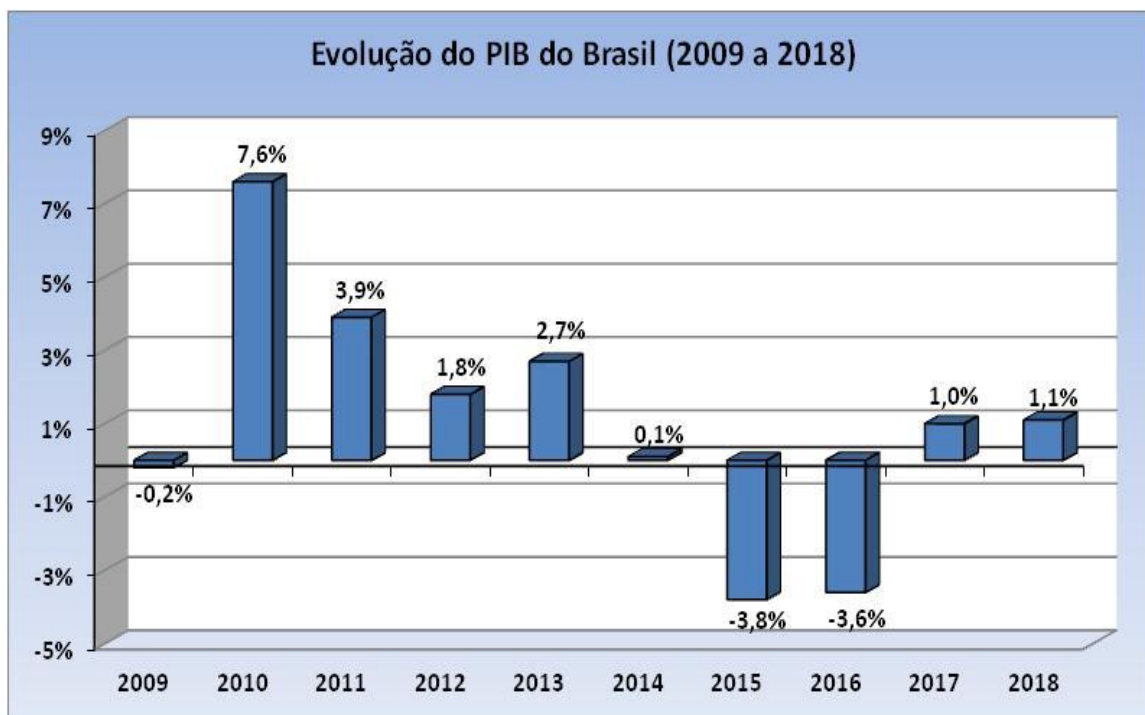
Produto Interno Bruto Nacional

O Produto Interno Bruto – PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa dada região, durante determinado período de tempo. É o somatório dos valores gerados pelos três setores que compõem a economia – Agropecuária, Indústria e Serviços.

Segundo dados do IBGE, o PIB nacional em 2018 cresceu 1,1% em relação ao ano anterior. Em 2017, o referido PIB havia crescido 1,0%. No acumulado do ano ele totalizou R\$ 6,8 trilhões em valores correntes. Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 297,8 bilhões, a Indústria R\$ 1.259,2 bilhões e os Serviços R\$ 4.276,1 bilhões. Além do Valor Adicionado houve também R\$ 994,5 bilhões referentes aos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios.

Em decorrência deste crescimento, o PIB per capita alcançou R\$ 32.747 (em valores correntes) em 2018. O PIB per capita é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2009 e 2018.



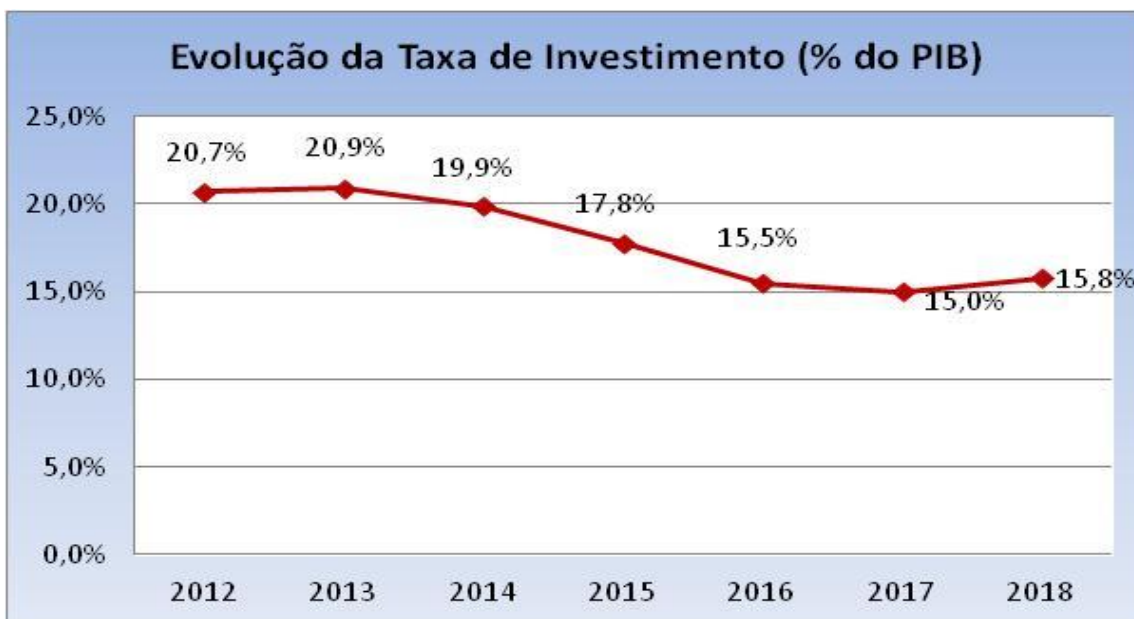
Fonte: IBGE.

Segundo o IBGE, o crescimento do PIB em 2018 (aumento de 1,1% em relação a 2017) resultou da expansão de 1,1% do Valor Adicionado a preços básicos e da alta de 1,4% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O avanço dos impostos reflete, principalmente, o crescimento em volume do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 1,5% e de 7,9% do Imposto de Importação – acompanhando o crescimento das importações. Além disso, foi importante o aumento, em volume, de 4,1% do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados). O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (0,1%), Indústria (0,6%) e Serviços (1,3%).

Taxa de Investimento

Outro indicador relevante é a Taxa de Investimento. Ela é medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), onde a FBCF representa os acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados a cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

O gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2012 e 2018.



Fonte: IBGE.

Obs.: Os dados dessa série histórica foram todos ajustados pelo próprio IBGE, em relação aos apresentados nos relatórios de exercícios anteriores e foram apresentados em 28/02/2019, no relatório disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201804caderno.pdf.

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2018 foi de 15,8% do PIB, apresentando elevação em relação a 2017, indicando a quebra de uma tendência de queda, apresentada no desempenho dos últimos anos.

1.3 - Cenário Socioeconômico Estadual

1.3.1 – População

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total residindo na zona urbana e 26,87% na zona rural.

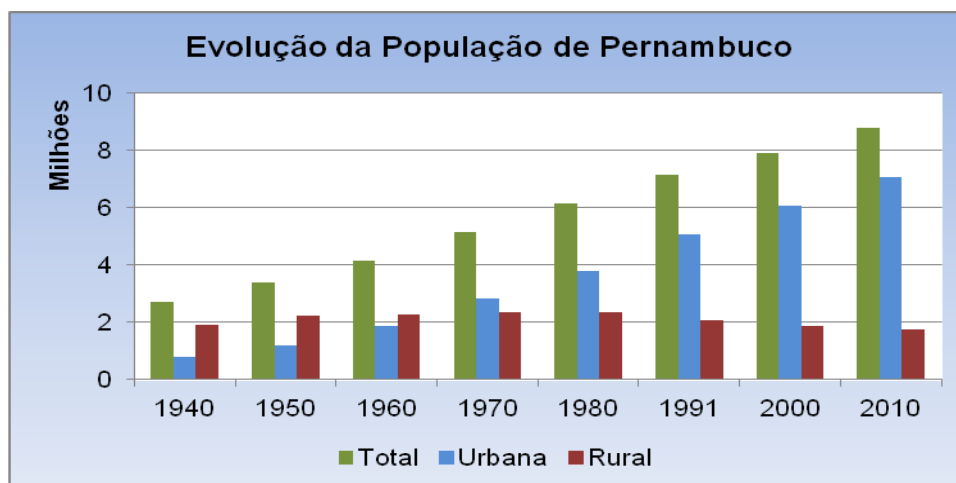
Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.049.868	1.746.164	8.796.032

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do Estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população total de Pernambuco estimada para 2018 foi de 9.496.294¹ (nove milhões, quatrocentos e noventa e sei mil, duzentos e noventa e quatro) habitantes, que representa 16,7% da população total estimada da Região Nordeste 56.760.780 e 4,5% da população total estimada do Brasil 208.494.900, para 2018.

1.3.2 – Produto Interno Bruto de Pernambuco

A economia pernambucana apresentou crescimento de 1,9%² do seu PIB em 2018, inferior ao crescimento de 2,0², apresentado no ano anterior e maior do que o

¹ Diferença de 441 pessoas entre os Estados de Alagoas e Pernambuco com relação a Projeção da População para o Brasil e Unidades da Federação 2018, para o ano de 2018, em virtude de alteração de limites entre municípios na fronteira interestadual. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2018/serie_2001_2018_TCU.pdf;

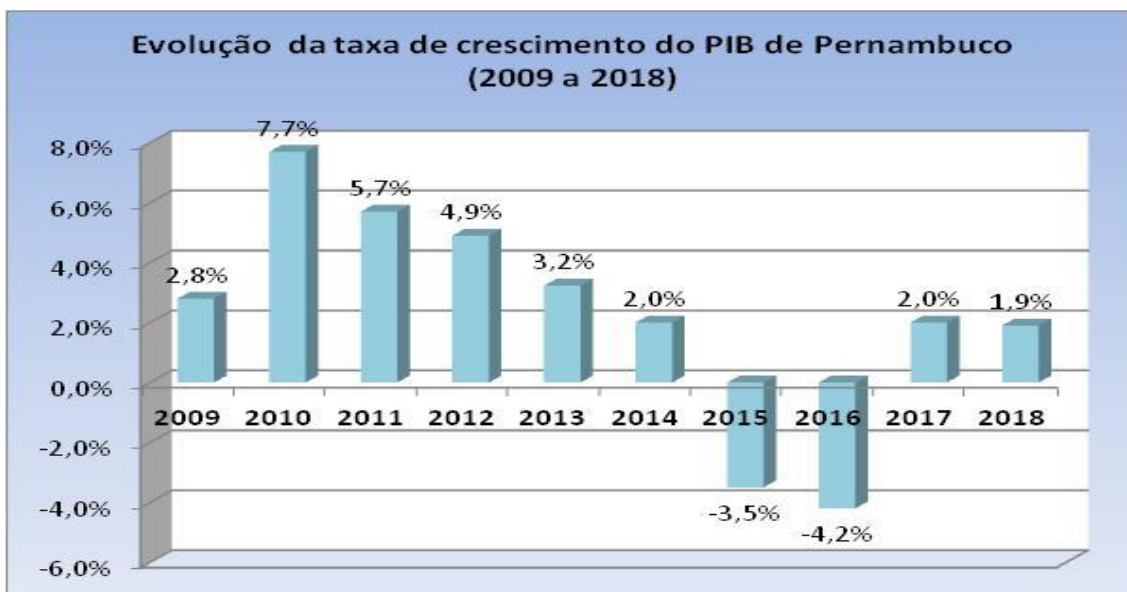
² Sistema de Contas Regionais, Agência CONDEPE/FIDEM e IBGE.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

crescimento registrado no País, 1,1%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2018, em valores correntes, totalizou R\$ 182,8 bilhões².

O gráfico a seguir apresenta a taxa de crescimento do PIB estadual de 2009 até 2018:



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, o crescimento de 1,9% do PIB pernambucano em 2018 foi decorrente de crescimento de 2,0% na indústria, de 1,7% nos serviços e de 5,3% no setor agropecuário.

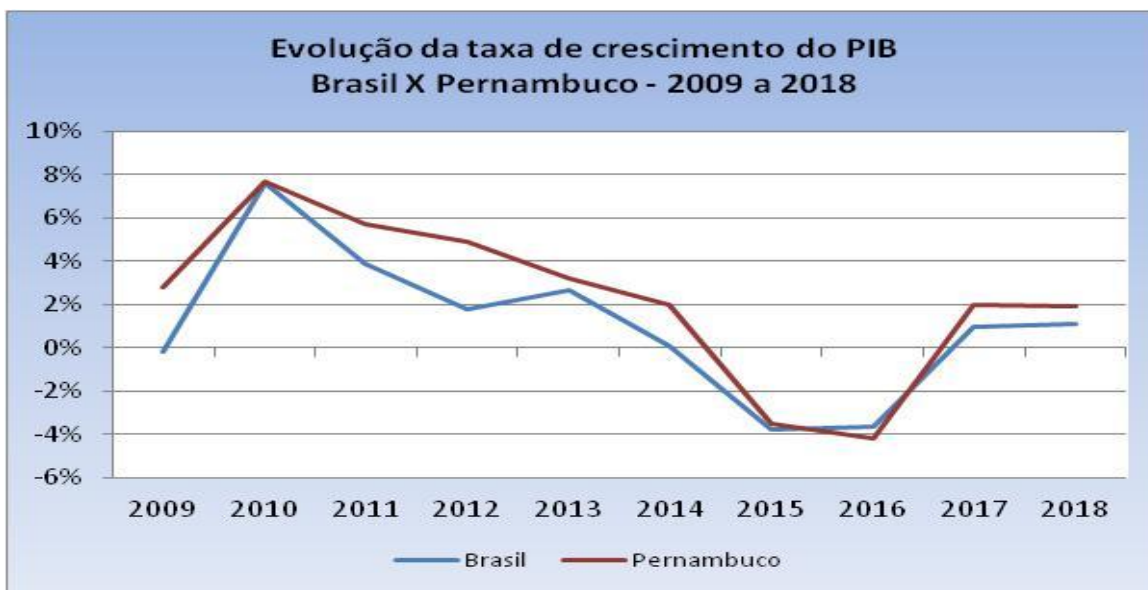
O quadro e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2009 a 2018.

Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2009	-0,2	2,8
2010	7,6	7,7
2011	3,9	5,7
2012	1,8	4,9
2013	2,7	3,2
2014	0,1	2,0
2015	-3,8	-3,5
2016	-3,6	-4,2
2017	1,0	2,0
2018	1,1	1,9

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.



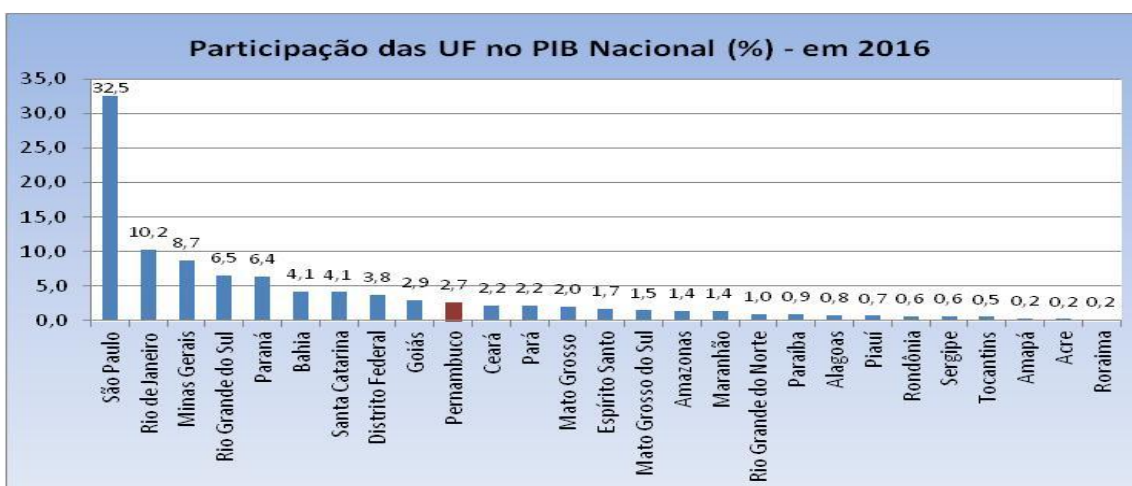
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Observa-se que de 2009 a 2015, a economia pernambucana apresentou taxa de crescimento superior a da economia nacional. Entretanto, em 2016, houve contração da economia pernambucana maior do que a nacional. Já em 2017 e 2018, a taxa de crescimento do PIB pernambucano voltou a superar a taxa nacional, registrando em 2018 1,9% contra 1,1% da nacional.

A seguir tem-se a representatividade das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto – PIB nacional, referente ao ano de 2016, que são os mais atualizados, conforme dados do IBGE.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Pernambuco se manteve na décima posição no ranking, com a participação no PIB nacional menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

do Sul, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás. Houve recuperação de representatividade de Pernambuco no cenário econômico brasileiro, tendo em vista sua participação no PIB nacional ter sido igual a 2,7%, enquanto no exercício anterior ter sido de 2,6%.

1.3.3 – Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do estado de Pernambuco. O quadro e o gráfico a seguir foram elaborados a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Eles retratam a série histórica da balança comercial pernambucana (importações x exportações) no período entre 2009 e 2018.

US\$ MILHÕES
FOB³

Balança Comercial de Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2009	823,97	1.981,37	-1.157,40
2010	1.112,50	3.272,66	-2.160,16
2011	1.198,96	5.534,26	-4.335,30
2012	1.319,97	6.595,54	-5.275,57
2013	1.991,53	6.811,44	-4.819,91
2014	943,81	7.337,14	-6.363,33
2015	1.046,58	5.066,60	-4.020,02
2016	1.417,81	4.449,30	-3.031,49
2017	1.961,88	5.703,99	-3.742,11
2018	1.974,89	6.505,78	-4.530,89 ⁴

Fonte: MDIC/SECEX.



Fonte: MDIC/SECEX

³ Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros).

⁴ Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto?uf=pe>.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

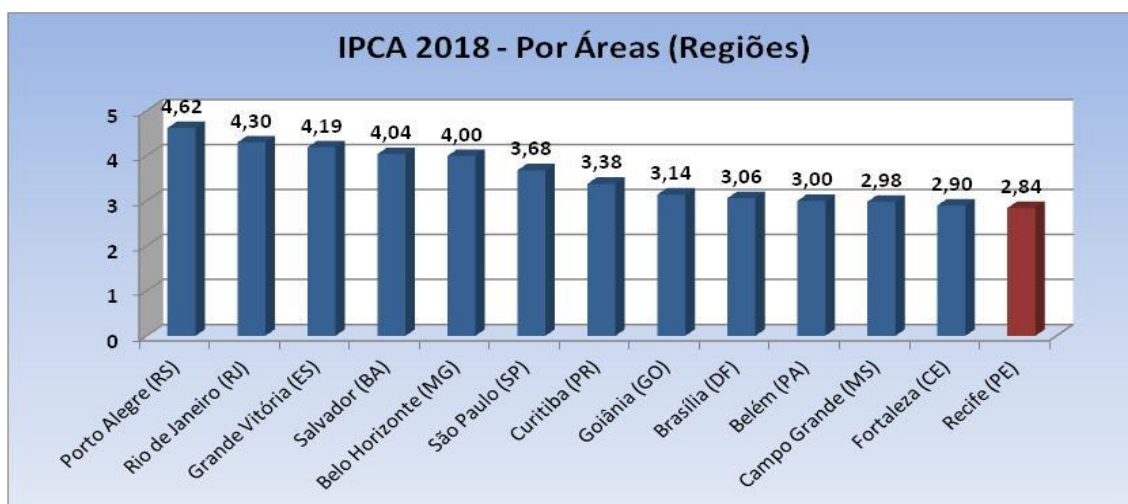
Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Entretanto, pode-se observar, no período de 2015 a 2018, após redução significativa ocorrida em 2014, aumento das exportações e, no período de 2014 a 2016, redução significativa das importações. Entretanto em 2017 e 2018 houve aumento significativo de importações, ficando bem distante a ocorrência de superávit.

Em 2018 o déficit na balança comercial foi da ordem de US\$ 4,5 bilhões, superior ao de 2017, que foi da ordem de US\$ 3,7 bilhões, bem como superior ao de 2016 que foi de aproximadamente US\$ 3 bilhões.

1.3.4 – Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é o índice usado para medir a inflação oficial do País, tendo em vista ter sido escolhido como parâmetro para a sistemática de “metas para a inflação”⁵.

O IPCA é calculado de forma contínua e sistemática para as áreas referentes às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Vitória, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande. O gráfico a seguir compara o IPCA por áreas (regiões) de abrangência, referente ao ano de 2018.



Fonte: IBGE (Indicadores IBGE – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor).

Verifica-se que as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Rio de Janeiro foram as que apresentaram o maior índice de inflação em 2018 dentre as regiões pesquisadas.

⁵ O Decreto Federal nº 3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de “metas de inflação” como diretriz para a fixação do regime de política monetária. A Resolução do Banco Central nº 2.744, de 28 de junho de 2000, estabeleceu que o IPCA é o índice de preços relacionado às metas de inflação.



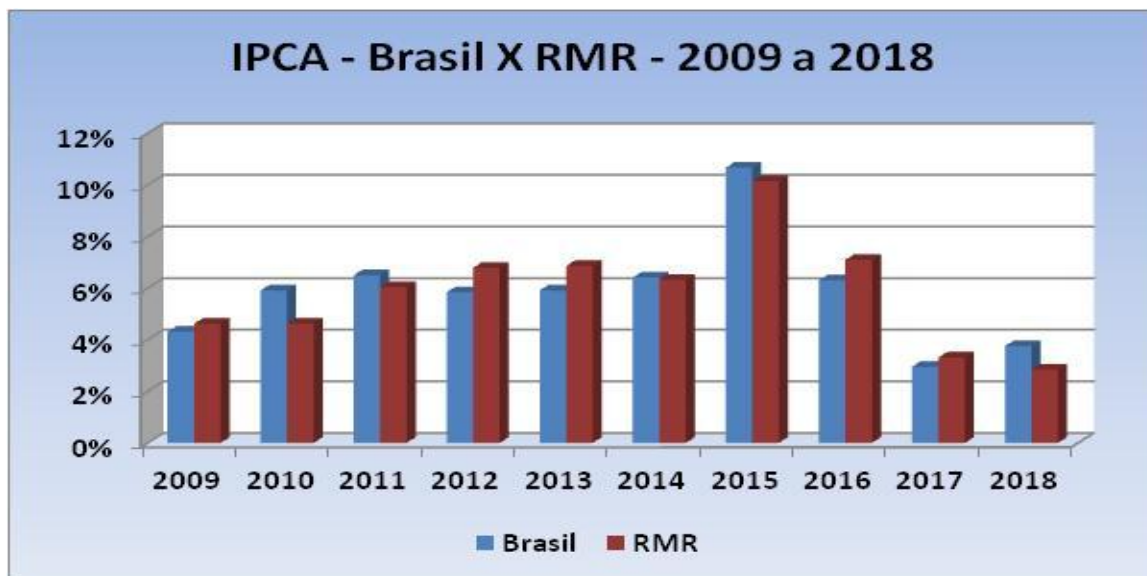
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

A Região Metropolitana do Recife - RMR apresentou um IPCA de 2,84% em 2018, bem inferior ao índice de 3,31% apurado em 2017, bem como alcançou o menor índice em 2018, dentre todas as pesquisadas, quando havia alcançado o quinto maior índice em 2017.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2009 a 2018.

IPCA		
Ano	Brasil	RMR
2009	4,31%	4,62%
2010	5,91%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%
2013	5,91%	6,86%
2014	6,41%	6,32%
2015	10,67%	10,15%
2016	6,30%	7,10%
2017	2,95%	3,31%
2018	3,75%	2,84%

Fonte: IBGE.



Fonte: IBGE.

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2015 tanto para o Brasil, apresentando taxa de 10,67%, quanto para a RMR, apresentando taxa de 10,15%. Verifica-se ainda que o aumento



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

crecente do IPCA na RMR, registrado desde 2009, embora tenha sido interrompido em 2014, foi retomado de forma significativa em 2015 e a partir de então começou a recuar.

Em 2018, o IPCA na RMR de 2,84%, segue tendência de queda, ficando inclusive abaixo da inflação nacional, a qual chegou a 3,75%, ao contrário dos dois exercícios anteriores quando superou a inflação nacional.

1.3.5 - Mercado de Trabalho

1.3.5.1 - Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil apresentou saldo positivo de 529.554 quanto à geração de empregos formais no ano de 2018, ou seja, houve mais admissões do que desligamentos. Nesse mesmo ano, a Região Nordeste foi responsável pelo ganho de 80.639 empregos formais, dos quais Pernambuco foi responsável por um ganho de 2.023 de tais empregos.

Vale salientar que o saldo positivo brasileiro foi afetado por ganhos em todas as regiões, com destaque para a região Sudeste que apresentou saldo positivo de 251.706 empregos formais, como se pode observar na tabela abaixo.

Comparação dos saldos entre admissões e desligamentos ocorridos em 2018 por Região Geográfica					
Nordeste	Sudeste	Norte	Sul	Centro-Oeste	Brasil
80.639	251.706	28.161	102.223	66.825	529.554

A tabela e o gráfico a seguir comparam a evolução do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco entre 2009 e 2018.

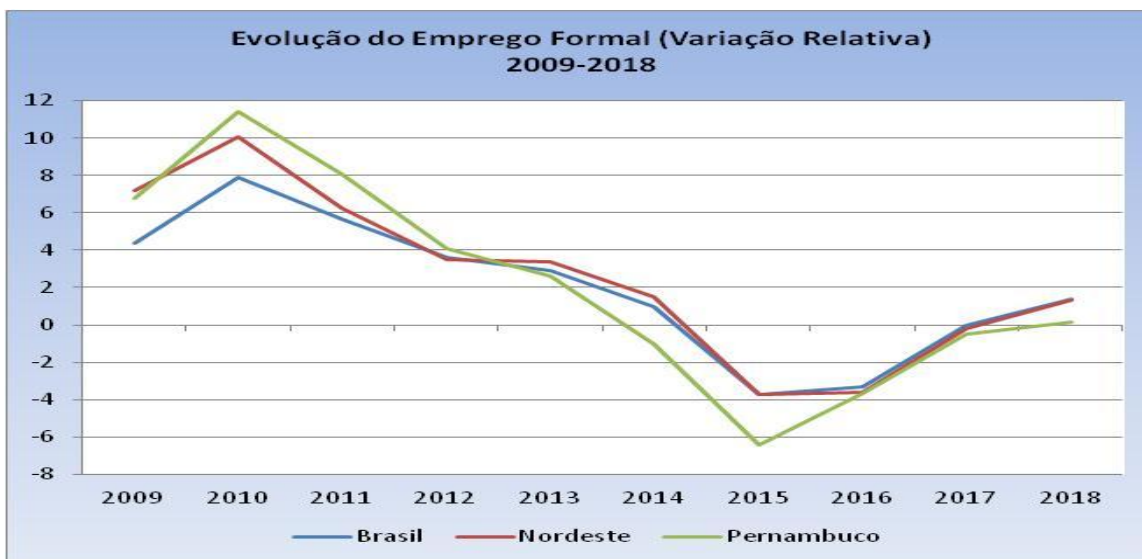
Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2009	4,38	7,21	6,76
2010	7,9	10,06	11,41
2011	5,65	6,26	8,07
2012	3,6	3,47	4,08
2013	2,88	3,35	2,63
2014	0,98	1,51	-1,01
2015	-3,74	-3,74	-6,43
2016	-3,33	-3,63	-3,68
2017	-0,05	-0,23	-0,52
2018	1,40	1,30	0,16

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.

Nota: *Com ajustes.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.

Observa-se que no período entre 2009 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir de 2013 a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e a do Nordeste, chegando a 2015 a uma taxa negativa de -6,43%. Registra-se que a partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os menores valores da série histórica. Entretanto, em 2016 e 2017 houve uma recuperação de Pernambuco, ainda abaixo da taxa brasileira e em 2018, embora tenha crescido, não acompanhou o mesmo desempenho do Nordeste e do Brasil.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as unidades da federação no ano de 2018.



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.



Os dados do CAGED revelam ainda que em 2018 as admissões superaram os desligamentos em todos os estados, com exceção de Alagoas, Mato Grosso do Sul, Roraima e Acre. Pernambuco apresentou variação positiva (0,16%), mas ocupou a 23^a posição no ranking nacional em 2018, piorando sua posição em relação a 2017, quando ocupou a 22^a posição.

1.3.5.2 – Desemprego

Neste item serão tratadas as taxas de desocupação do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife, medidas pela PNAD Contínua do IBGE.

1.3.5.2.1 – Taxa de Desocupação

O desemprego no Brasil é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Até o mês de fevereiro de 2016, o IBGE realizou a **Pesquisa Mensal de Emprego – PME** nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de produzir indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Um dos indicadores obtidos era a Taxa de Desocupação Total, correspondente ao percentual das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Com o encerramento da PME, seus indicadores foram substituídos pelos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que abrange todo o conjunto do País e considera todas as Unidades Federativas do Brasil e todas as Regiões Metropolitanas do país, incluindo a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina.

Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, tradicionalmente realizava a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e no Distrito Federal, obtendo a Taxa de Desemprego.

Entretanto, o DIEESE, embora continue realizando a referida pesquisa para o Distrito Federal e Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Salvador, não mais a realiza para as Regiões Metropolitanas do Recife, Belo Horizonte e Fortaleza.

Dessa forma, os dados levantados pelo DIEESE, quanto à Taxa de Desemprego, não serão objeto de análise neste relatório, pois não há como realizar as devidas comparações, que interessam à análise das contas de Pernambuco do exercício de 2018, sem os dados de 2015 a 2018 referentes à RMR.

Considerando todo o exposto, a análise da taxa de desocupação concentrar-se-á nos indicadores obtidos pela PNAD Contínua. A tabela a seguir faz um comparativo entre as taxas de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade das Regiões Metropolitanas, incluindo a RIDE, no período entre 2012 e 2018:



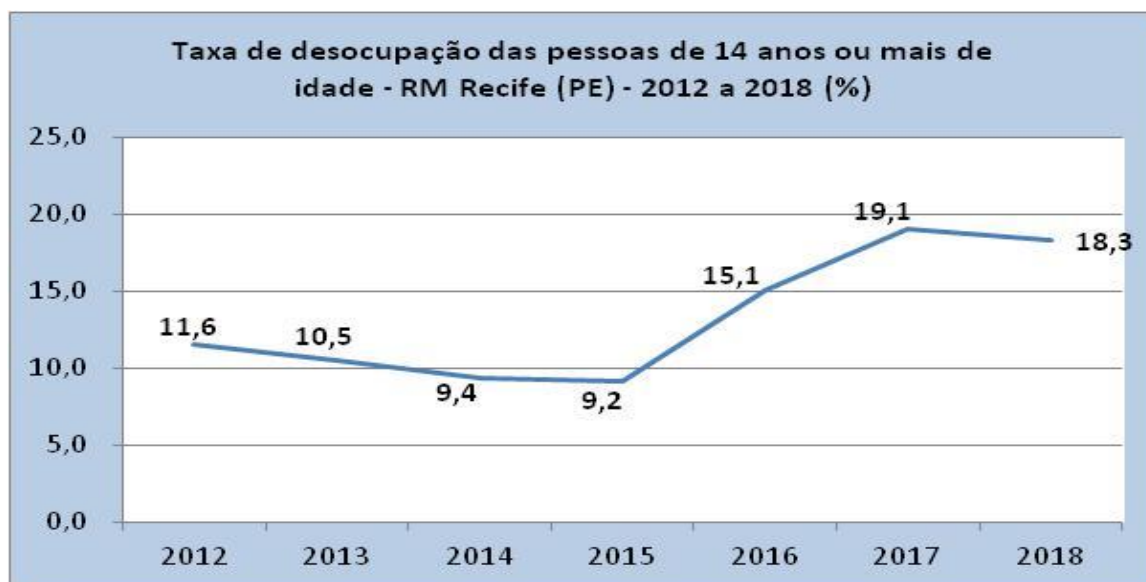
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Taxa de desocupação - Regiões Metropolitanas, incluindo RIDE (%) *							
RM e RIDE/ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Florianópolis (SC)	3,3	3,6	4,3	5,1	6,7	7,8	7,2
Goiânia (GO)	4,5	4,7	4,0	6,2	9,5	9,3	7,8
Vale do Rio Cuiabá (MT)	5,7	5,3	5,2	7,7	11,1	9,9	9,2
Porto Alegre (RS)	5,1	5,4	5,5	6,8	9,7	10,2	9,9
Curitiba (PR)	5,4	4,4	3,8	5,5	9,1	10,9	10,8
João Pessoa (PB)	10,1	10,0	10,0	11,2	12,1	11,6	11,8
Fortaleza (CE)	8,8	7,9	7,4	8,9	12,4	12,4	12,1
Natal (RN)	11,7	10,4	11,7	12,6	14,8	14,3	13,3
Belém (PA)	11,0	10,8	11,4	12,5	14,3	14,0	13,6
Grande Vitória (ES)	8,9	8,9	8,5	10,3	15,2	15,4	13,8
Belo Horizonte (MG)	7,2	7,2	7,7	9,7	13,8	15,4	14,0
RIDE Grande Teresina (PI)	8,8	9,7	8,1	9,3	9,6	13,2	14,4
São Paulo (SP)	7,7	7,8	7,5	9,6	13,2	14,6	14,7
Rio de Janeiro (RJ)	7,5	6,5	6,2	7,0	11,2	14,9	15,1
Manaus (AM)	11,3	10,8	8,9	10,9	16,4	19,1	16,9
Maceió (AL)	12,5	12,6	12,1	11,9	14,5	16,9	17,2
Grande São Luís (MA)	13,7	11,4	9,9	13,5	16,6	18,9	17,5
Recife (PE)	11,6	10,5	9,4	9,2	15,1	19,1	18,3
Aracaju (SE)	12,1	12,0	10,8	11,0	17,0	17,7	18,4
Salvador (BA)	11,4	13,1	14,0	15,8	19,1	18,0	18,7
Macapá (AP)	13,2	11,2	10,6	12,2	16,4	17,6	19,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2018).

Nota: *Média anual a partir das estimativas Trimestrais.

A análise de tais dados permite observar que a taxa de desocupação da Região Metropolitana do Recife - RMR esteve em trajetória de queda entre 2012 e 2015, mas agravou-se significativamente em 2016 e 2017, apresentando leve queda em 2018, como se pode visualizar no gráfico a seguir:

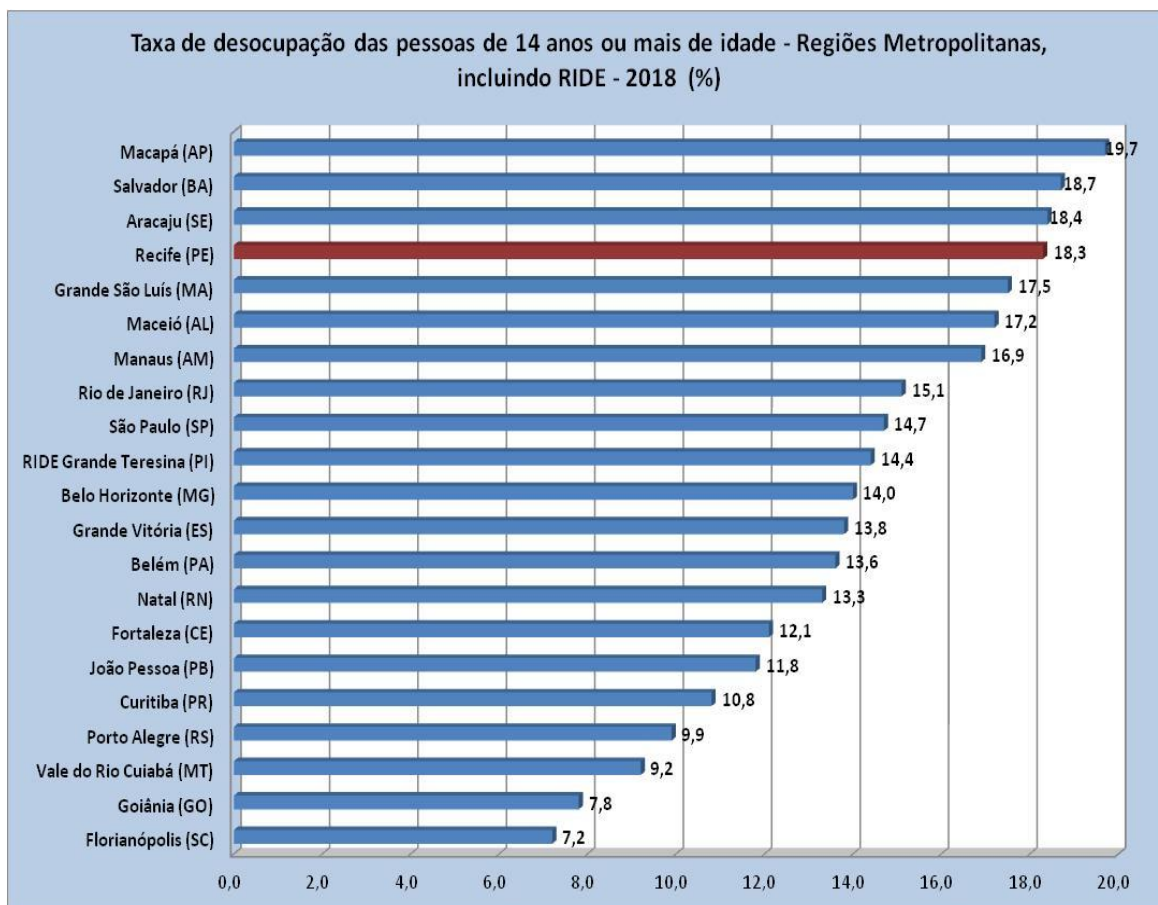


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2018).

Além disso, quando se compara a taxa de desocupação da RMR (18,3%) com o das demais Regiões, no exercício de 2018, observa-se que esta obteve o 4º pior resultado, como se pode observar no gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2018).

Considerando a mesma pesquisa realizada pelo IBGE (PNAD Contínua Trimestral), no período de 2012 a 2018, foram obtidos dados, que permitem comparar as taxas de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, das Unidades Federativas – UF, conforme a tabela a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Taxa de desocupação - Unidades da Federação (%) *							
UF/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Santa Catarina	3,4	3,1	2,9	4,1	6,3	7,1	6,4
Mato Grosso do Sul	6,1	4,7	4,1	6,1	7,7	8,5	7,6
Mato Grosso	5,5	4,4	4,0	6,1	9,4	9,0	7,9
Rio Grande do Sul	4,8	4,8	5,0	6,2	8,2	8,4	8,1
Paraná	5,0	4,3	4,0	5,9	8,2	9,0	8,8
Rondônia	6,4	5,1	4,2	5,6	7,9	8,2	9,0
Goiás	5,4	5,4	5,3	7,3	10,5	10,6	9,2
Tocantins	7,7	7,5	7,5	8,6	11,5	11,7	10,6
Minas Gerais	6,9	6,6	6,7	8,5	11,1	12,2	10,7
Paraíba	9,2	8,8	8,9	9,5	11,4	11,4	11,1
Pará	7,4	7,3	7,2	8,8	11,2	11,8	11,1
Ceará	7,7	7,8	7,4	8,8	12,0	12,6	11,3
Espírito Santo	7,1	7,1	6,2	7,7	12,2	13,1	11,5
Roraima	7,6	8,0	6,3	8,5	8,8	9,9	12,3
Distrito Federal	8,6	9,0	9,0	10,1	12,0	13,2	12,7
Piauí	6,9	7,5	6,5	7,6	9,4	12,9	12,8
São Paulo	7,3	7,2	7,1	9,3	12,4	13,4	13,3
Acre	8,4	9,0	7,7	8,5	10,9	14,1	13,5
Rio Grande do Norte	11,4	10,7	11,0	12,0	14,2	14,5	13,6
Amazonas	9,5	9,1	7,7	9,5	13,6	15,7	13,9
Maranhão	8,1	7,9	6,8	8,6	11,9	14,3	14,4
Rio de Janeiro	7,5	6,8	6,3	7,6	11,7	14,9	15,0
Sergipe	10,3	10,3	9,2	9,1	13,3	14,3	16,6
Pernambuco	9,1	9,0	8,2	9,9	14,6	17,7	16,7
Alagoas	11,4	10,6	9,6	11,2	14,1	16,7	17,0
Bahia	11,1	11,2	10,3	12,3	15,9	17,0	17,0
Amapá	13,2	11,5	10,3	11,0	15,5	17,8	20,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2018).

Nota: *Média anual a partir das estimativas Trimestrais.

A análise de tais dados permite observar que a taxa de desocupação de Pernambuco apresentou trajetória de queda entre 2012 e 2014, mas em contrapartida apresentou crescimento significativo entre 2015 e 2017, com leve queda em 2018, dando a entender que seus resultados foram influenciados de forma expressiva pela crise econômica que vem afetando o Brasil desde 2015.

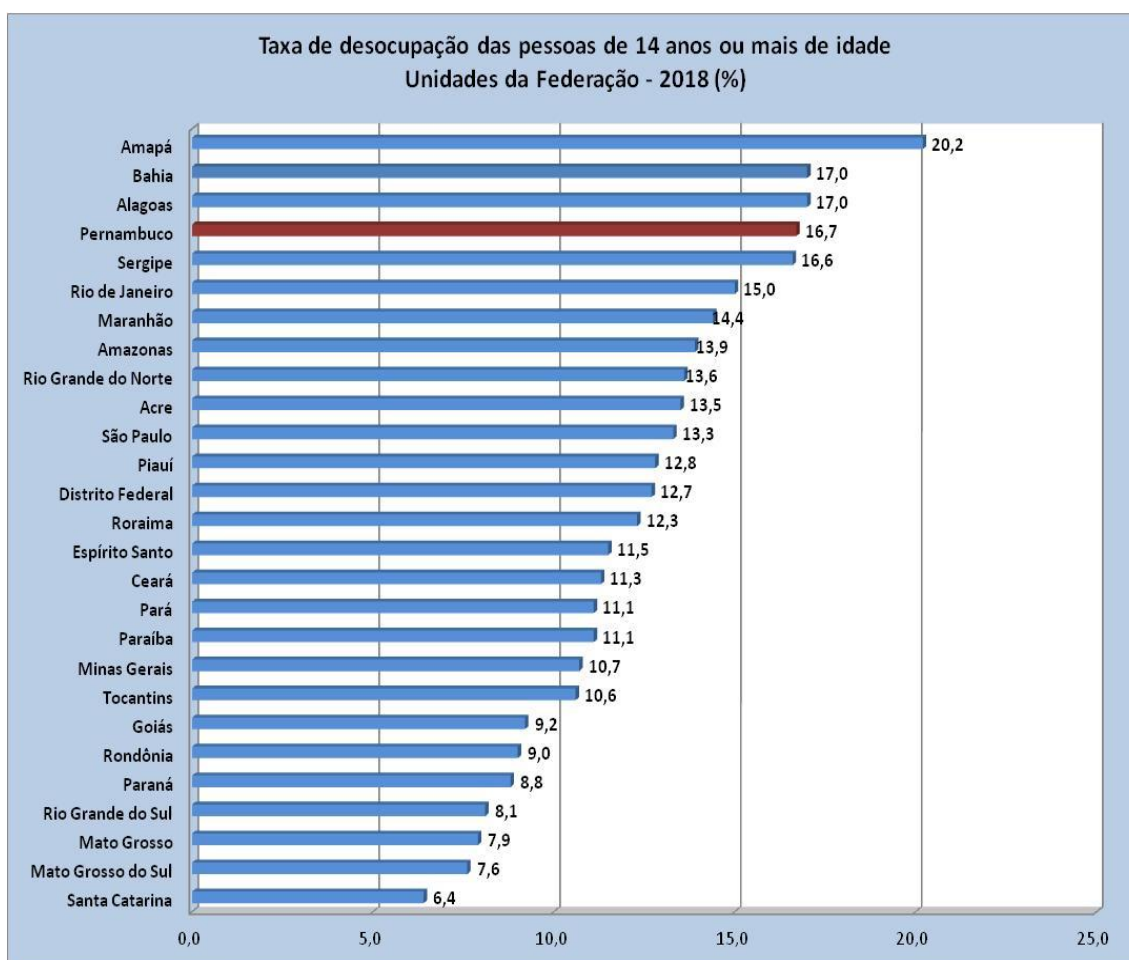


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2018).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Além disso, Pernambuco apresentou o quarto pior desempenho do país (16,7%), melhor apenas que o Alagoas (17,0%), Bahia (17,0%) e Amapá (20,2%), no exercício de 2018, conforme gráfico a seguir:



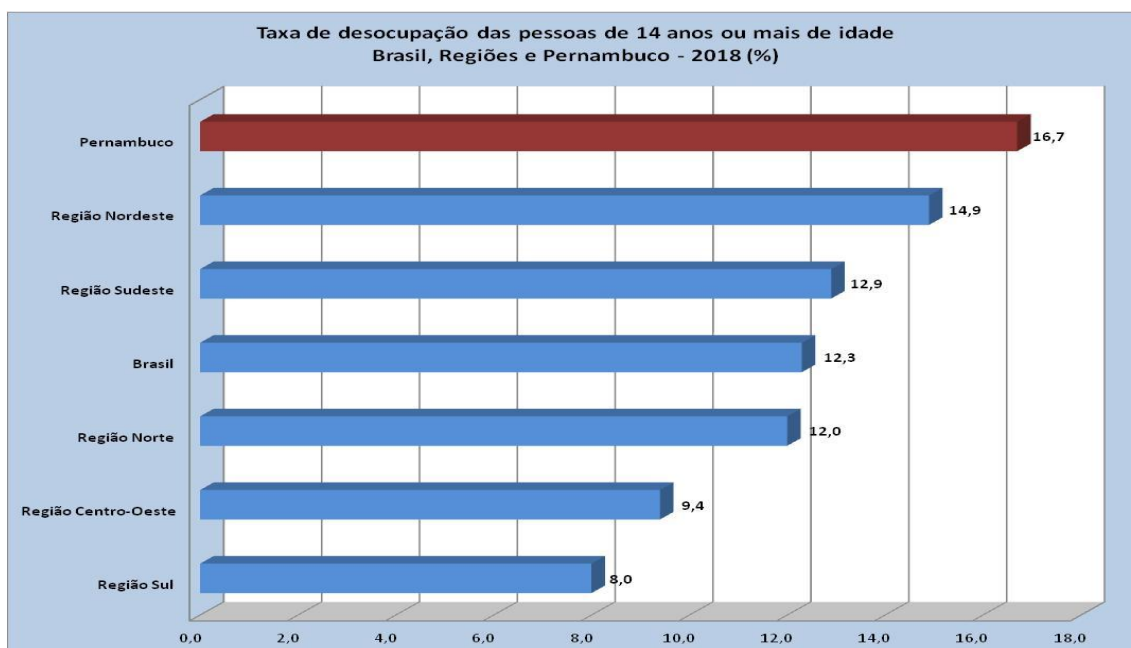
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2018).

Nota: Valores decimais arredondados pelo IBGE.

Ainda a partir dessa análise, observou-se que a taxa de desocupação de Pernambuco foi bem superior às médias das taxas de desocupação do Brasil e de suas Regiões, no exercício de 2018, como se pode observar no gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2018).

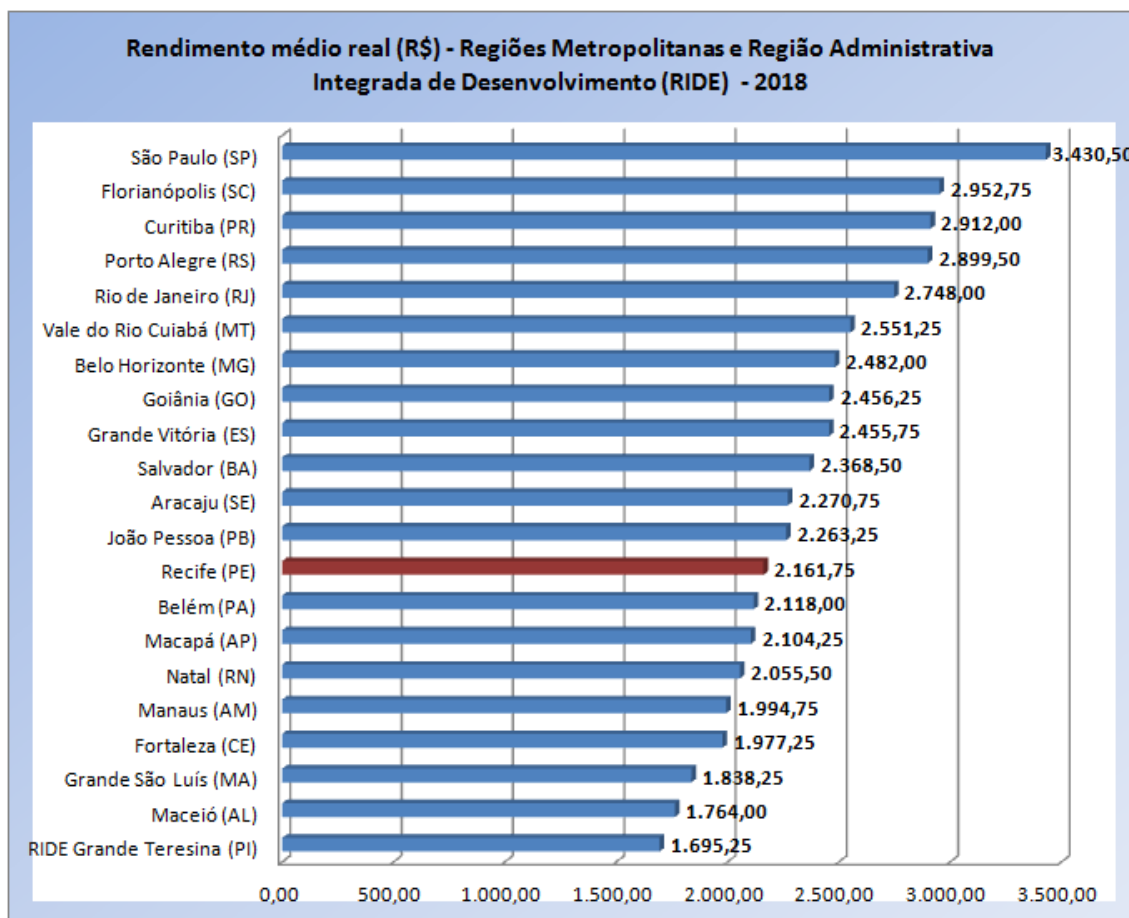
Nota: Valores decimais arredondados pelo IBGE.

1.3.5.3 – Rendimento

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2018, também realizada pelo IBGE, foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por **Região Metropolitana e Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento**, ano 2018, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2018.

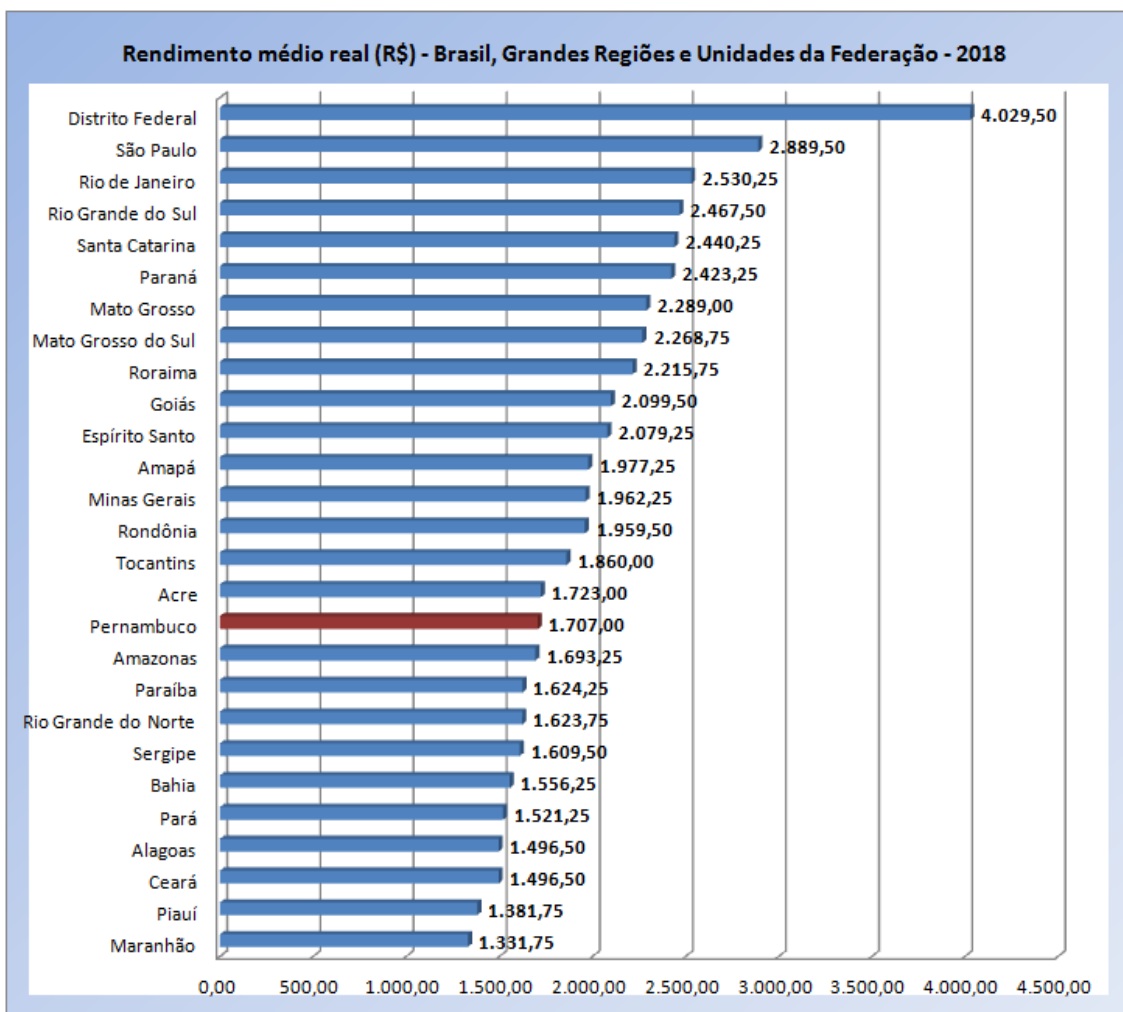
Nota: O rendimento está deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

Observa-se que a Região Metropolitana do Recife apresentou no exercício de 2018 o 13º maior rendimento médio real, dentre as 21 (vinte e uma) Regiões Metropolitanas pesquisadas, enquanto apresentava o 15º maior rendimento médio real em 2017, e considerando a Região Nordeste ficou abaixo das Regiões Metropolitanas de Aracaju, João Pessoa e Salvador.

Ainda por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2018 foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por **unidade da federação**, ano 2018, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2018.

Nota: O rendimento está deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

Observa-se que Pernambuco não está bem posicionado no ranking nacional, ocupando a 17ª posição, apesar de ter melhorado 01 (uma) posição em relação a 2017, com rendimento médio real em 2018 (R\$ 1.707,00), o qual foi superior ao de 2017 (R\$ 1.667,25), ficando em 2018 abaixo da média nacional (R\$ 2.243,00) e de diversas unidades da federação, porém superior aos demais estados do Nordeste, conforme ilustrado no gráfico anterior.

1.3.6 – Saneamento

Nos relatórios de contas dos exercícios anteriores a 2017 foram apresentados dados medidos pelo IBGE quanto ao percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos pela rede geral de abastecimento de água bem como pela rede coletora de esgoto e também quanto ao percentual de domicílios das unidades da federação atendidos pelos referidos serviços.



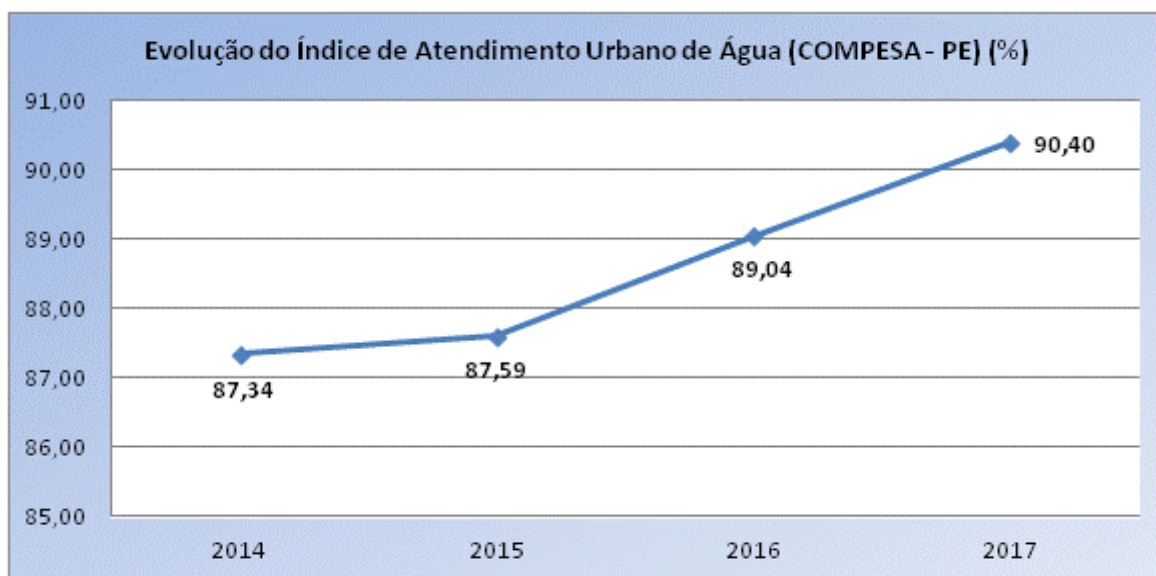
Entretanto, essa medição foi interrompida pelo IBGE encerrando-se com dados do exercício de 2015. Dessa forma, buscou-se novas fontes de informação para se obter uma visão do desempenho do Estado de Pernambuco com relação ao abastecimento de água e esgoto e foram obtidos dados até o exercício de 2017.

As novas informações foram obtidas no próprio site da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, bem como no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades, onde foram levantados dados pela lógica de agrupamento dinâmico de indicadores e informações agregadas por ano de referência.

Foram então analisados, entre diversos indicadores disponíveis, os seguintes indicadores de desempenho, que consideram exclusivamente a atuação da COMPESA, em Pernambuco, em detrimento de outras iniciativas minoritárias de saneamento em alguns municípios do estado: 1) Índice de atendimento urbano de água; 2) Índice de atendimento total de água; 3) Índice de perdas na distribuição; 4) Índice de atendimento urbano de esgoto e 5) Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água.

1.3.6.1 – Índice de atendimento urbano de água

No site da COMPESA foi possível levantar o Índice de Atendimento Urbano de Água, com dados relativos ao período de 2014 a 2017, para o Estado de Pernambuco, considerando a população urbana atendida. Pode-se observar que o desempenho geral do estado vem melhorando, especialmente de 2015 para 2017, conforme descrito no gráfico a seguir:

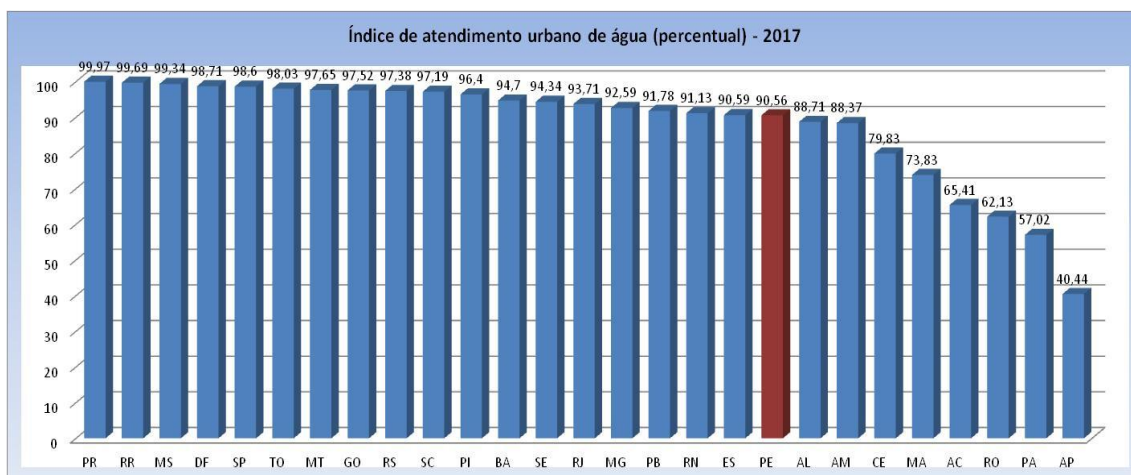


Fonte: Site da COMPESA.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

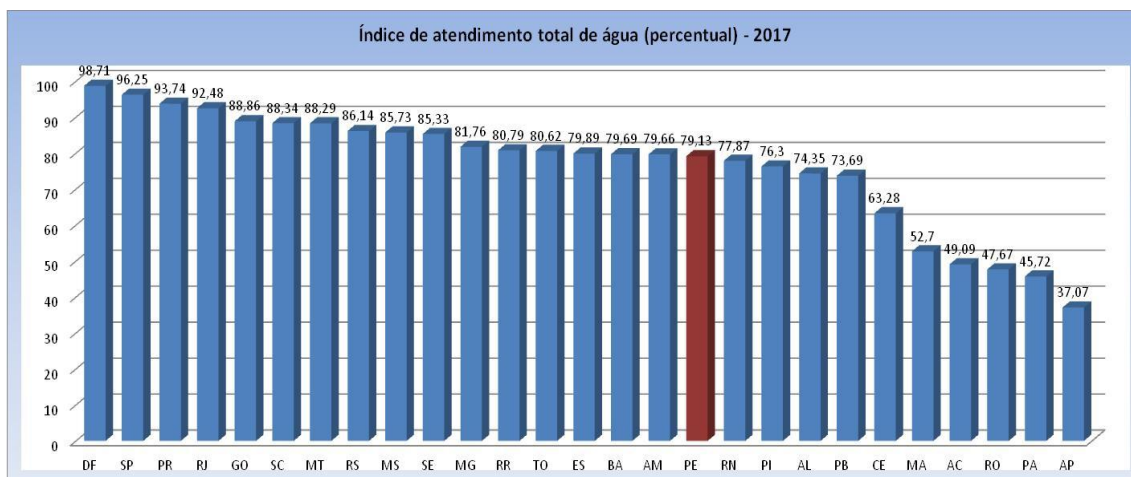
Esse mesmo indicador, medido pelo Ministério das Cidades, aponta que o desempenho de Pernambuco, no exercício de 2017, foi de 90,56% (levemente superior ao medido pela COMPESA) que em comparação com os demais estados brasileiros, ficou na 19ª posição de um total de 27 UFs, incluindo o DF, melhorando uma posição em relação ao exercício de 2016 e ficando abaixo das UFs nordestinas da Bahia, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades.

1.3.6.2 – Índice de atendimento total de água

Foram analisados os dados do Ministério das Cidades do exercício de 2017, referentes ao Índice de atendimento total de água (relativo ao total da população) e observou-se que Pernambuco apresentou desempenho baixo (79,13%), em relação às demais UFs brasileiras, figurando na 17ª posição (melhorando uma posição em relação ao exercício de 2016). Com relação aos demais estados nordestinos, ficou abaixo de Sergipe e Bahia, conforme descrito no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades.



1.3.6.3 – Índice de perdas na distribuição

Com relação ao Índice de perdas na distribuição de água, no exercício de 2017, observou-se que Pernambuco ocupou a 21ª posição no ranking nacional, apresentando 52,01% de perdas em relação ao total de água distribuída (melhorando uma posição em relação ao exercício de 2016), mas representando ainda uma das mais altas do país. Com relação aos estados nordestinos ficou com a segunda pior situação, melhor apenas que a do estado do Maranhão, como se pode verificar no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades.

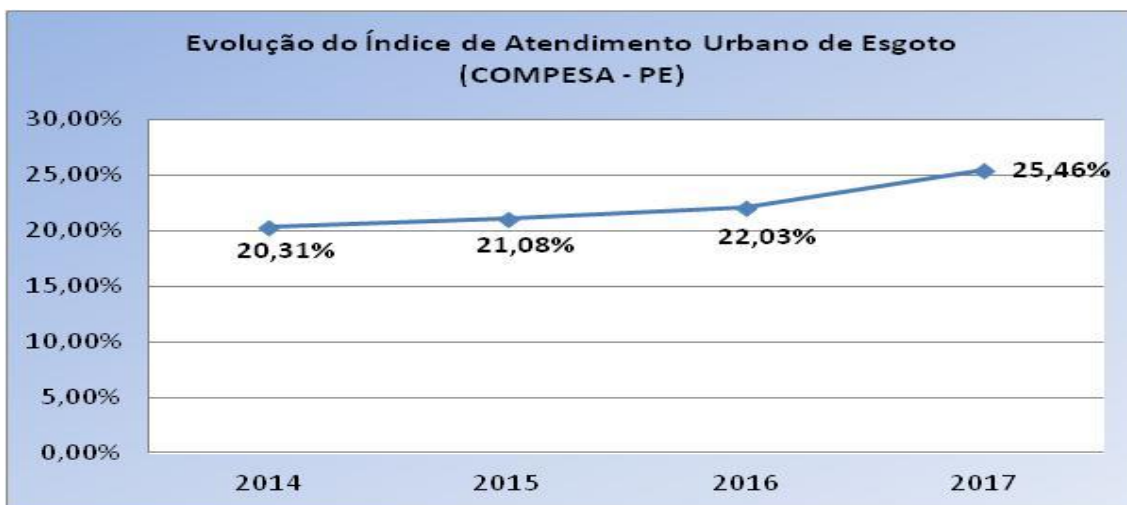
1.3.6.4 – Índice de atendimento urbano de esgoto

No site da COMPESA foi possível levantar o Índice de Atendimento Urbano de Esgoto, com dados relativos ao período de 2014 a 2017, do estado de Pernambuco, considerando a população urbana atendida.

Embora tenha ocorrido melhoria do indicador neste período, pode-se observar, ainda, uma baixa cobertura de rede de esgoto para as áreas urbanas no Estado de Pernambuco, que certamente impacta de forma significativa a qualidade de vida da população pernambucana, fechando o exercício de 2017 com o percentual de 25,46%, conforme gráfico a seguir:

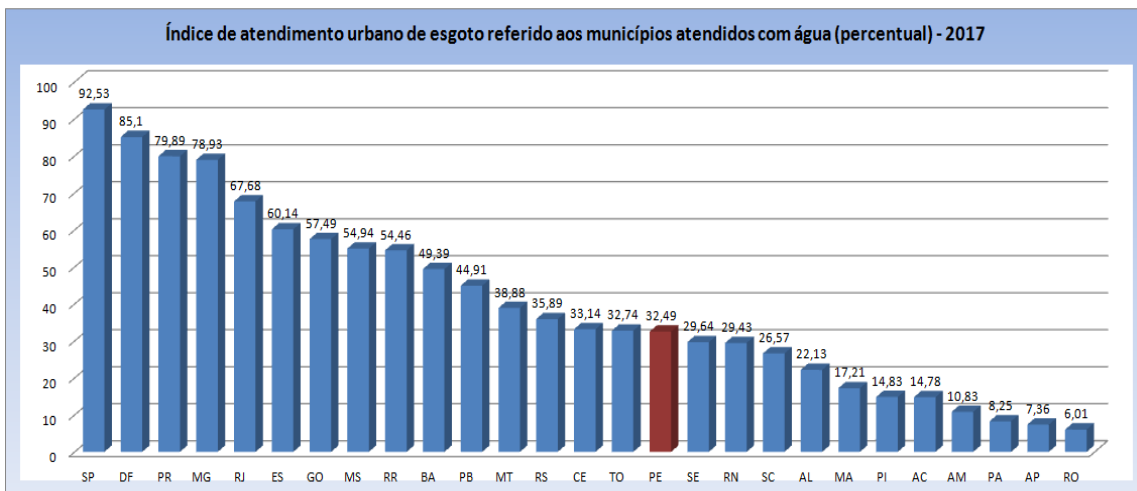


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Site da COMPESA.

Foram obtidos, também, dados junto ao Ministério das Cidades que apresentaram o Índice de atendimento urbano de esgoto referido (especificamente) aos municípios atendidos com água em 2017 e observou-se que Pernambuco atingiu um percentual de 32,49%. Tal resultado deixa o estado pernambucano na 16ª posição dentre todos os estados brasileiros e Distrito Federal, abaixo dos estados nordestinos da Bahia, Paraíba e Ceará, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades.

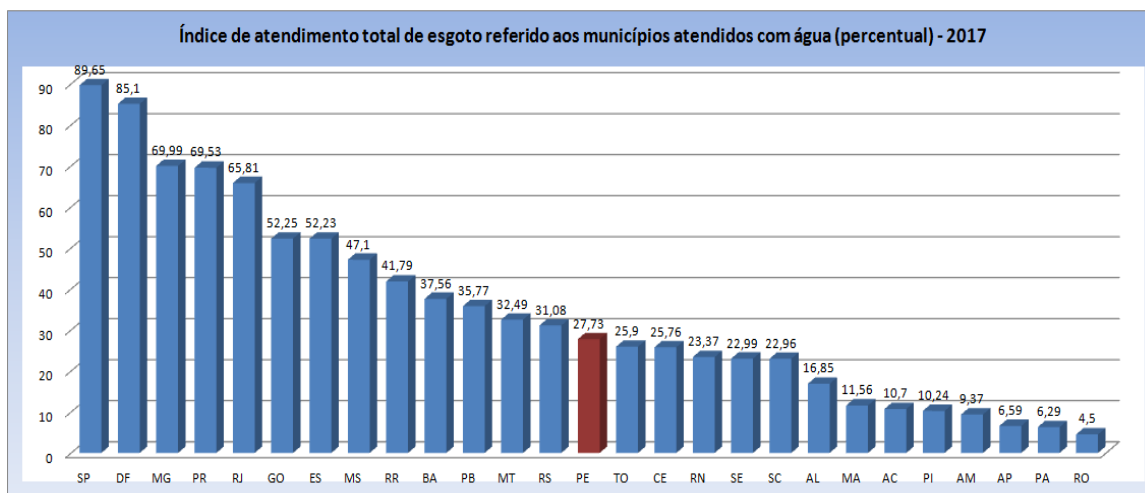
1.3.6.5 – Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios com água

Os dados obtidos junto ao Ministério das Cidades apresentam o Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios com água, que é uma variação do anterior, medido pela COMPESA, pois considera não apenas esgoto em áreas urbanas, mas de todas as áreas de municípios servidos com abastecimento de água.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Nesse contexto, Pernambuco melhorou quatro posições em relação ao exercício de 2016, mas ainda não apresenta desempenho positivo, ocupando a 14ª posição dentre todos os estados brasileiros e Distrito Federal, com o percentual de 27,73% no exercício de 2017. Dentre os estados nordestinos encontra-se abaixo da Bahia e Paraíba, como se pode observar no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades.

1.4 – Considerações finais

Com base nos indicadores abordados no presente relatório, segue síntese do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco no ano de 2018.

A economia pernambucana apresentou crescimento de 1,9% do seu PIB em 2018, abaixo do crescimento de 2,0% apresentado no ano anterior, porém maior do que o crescimento registrado no País, 1,1%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2018, em valores correntes, totalizou R\$ 182,8 bilhões. O setor de serviços é o mais representativo da economia pernambucana, seguido pelo setor industrial e pelo agropecuário.

A balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária. Seu déficit em 2018, da ordem de US\$ 4,5 bilhões, foi superior ao observado em 2017, da ordem de US\$ 3,7 bilhões, bem como ao de 2016 que foi de aproximadamente US\$ 3 bilhões.

Em relação à inflação, o IPCA na RMR do ano de 2018 (2,84%) foi inferior ao de 2017 (3,31%) e foi o menor dentre todas as Regiões Metropolitanas pesquisadas, seguindo tendência de queda e ficando, inclusive, abaixo da inflação nacional, a qual chegou a 3,75%, ao contrário dos dois exercícios anteriores quando superou a inflação nacional.

Observa-se que no período entre 2009 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir de 2013 a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e a do Nordeste, chegando em 2015 a uma taxa negativa de -6,43%. Registra-se que a partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

menores valores da série histórica. Entretanto, em 2016 e 2017 houve uma recuperação de Pernambuco, ainda abaixo da taxa brasileira. Em 2018, embora tenha crescido, não acompanhou o mesmo desempenho do Nordeste e do Brasil. Quando comparado com as demais unidades da federação, Pernambuco apresentou variação positiva (0,16%), mas ocupou a 23ª posição no ranking nacional em 2018, piorando sua posição em relação a 2017, quando ocupou a 22ª posição.

No tocante ao desemprego, a taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco medida pelo IBGE por meio da PNAD Contínua, foi de 16,7% em 2018. Quando comparado com as demais unidades da federação, observa-se que Pernambuco ocupou a quarta pior posição no ranking nacional, subindo duas posições em relação a 2017 e ficando também acima da média nacional que foi de 12,3%.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por unidade da federação, medido pelo IBGE por meio da PNAD Contínua para o estado de Pernambuco em 2018 foi de R\$ 1.707,00. Verifica-se que Pernambuco ocupou a 17ª posição no ranking nacional, ficando abaixo da média nacional que foi de R\$ 2.243,00.

Por fim, no tocante ao saneamento, observa-se que o atendimento urbano de água (relativo à população urbana), medido pelo Ministério das Cidades, aponta que o desempenho de Pernambuco, no exercício de 2017 (ano dos últimos dados disponíveis), foi de 90,56%, ficando na 19ª posição de um total de 27 UFs, incluindo o DF.

Os dados do Ministério das Cidades do exercício de 2017, referentes ao Índice de atendimento total de água (relativo ao total de população) demonstraram que Pernambuco apresentou desempenho baixo (79,13%), em relação às demais UFs brasileiras, figurando na 17ª posição e com relação aos demais estados nordestinos, ficou abaixo de Sergipe e Bahia.

Com relação ao Índice de perdas na distribuição de água, no exercício de 2017, observou-se que Pernambuco ocupou a 21ª posição no ranking nacional, apresentando 52,01% de perdas em relação ao total de água distribuída, representando uma das mais altas do país.

O Índice de Atendimento Urbano de Esgoto do estado pernambucano, com dados relativos ao período de 2014 a 2017, considerando a população urbana atendida, disponível no site da COMPESA, explicita baixa cobertura de rede de esgoto para as áreas urbanas no Estado de Pernambuco, fechando o exercício de 2017 com o percentual de 25,46%. Porém, no Ministério das Cidades esse Índice é apresentado com o percentual de 32,49%, para o mesmo período, considerando os municípios com água.

Quando se observa o Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios com água, medido pelo Ministério das Cidades, Pernambuco embora tenha melhorado quatro posições no ranking nacional, não apresenta ainda desempenho positivo, ocupando a 14ª posição dentre todos os estados brasileiros e Distrito Federal, com o percentual de 27,73% no exercício de 2017.